

Novas perspectivas das relações gênero por meio da agricultura familiar: o caso do grupo MOBI

Mariana Jária Martins, Bela.

marianaj_martins@hotmail.com, UNIFAL-MG, Brasil

Dimitri Augusto da Cunha Toledo, Dr.

dimitri.toledo@unifal-mg.edu.br, UNIFAL-MG, Brasil

Resumo

Esta pesquisa busca compreender como se estabelecem as relações de gênero e poder numa cooperativa de agricultores familiares, produtores de café orgânico, a Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM). Mais especificamente entre os cooperados, o estudo dirige-se à um grupo de cerca de 30 trinta mulheres que se organizaram e formaram o grupo MOBI- Mulheres Organizadas Buscando Independência. Faz-se uma abordagem teórica sobre as relações de gênero e poder e a agricultura familiar. A pesquisa realizada possui caráter qualitativo e, o modo para a coleta de dados, foi realizado por meio de observação participante, diário de campo e uso de entrevista semiestruturada. E as análises a serem realizadas, serão por meio da Análise de Conteúdo. Dentro do ambiente da agricultura familiar, visando ganhar espaço e reconhecimento pôde-se perceber que as mulheres se organizaram buscando a igualdade de gênero na cooperativa, conquistando espaço na família e a produção. As análises de resultados mostram que as mulheres durante toda a existência do grupo, continuamente, articularam-se para estabelecer novas perspectivas das relações de gênero e estabelecer uma nova correlação de poder, visando o reconhecimento de seus direitos e identidade.

Palavras-chave: Gênero. Relações de poder. Agricultura familiar. MOBI.

Abstract

This research seeks to understand how gender and power relations are established in a cooperative of family farmers, producers of organic coffee, Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo and Region (COOPFAM). More specifically among the cooperative, the study is directed to a group of about thirty thirty women who organized and formed the group MOBI - Organized Women Seeking Independence. A theoretical approach is taken on gender and power relations and family farming. The research carried out has a qualitative character and the method for data collection was performed through participant observation, field diary and use of semistructured interview. And the analysis to be carried out, will be through Content Analysis. Within the family farming environment, in order to gain space and recognition, women were organized to seek gender equality in the cooperative, gaining space in the family and production. Analyzes of results show that women throughout the group's existence have continually articulated themselves to establish new perspectives on gender relations and to establish a new correlation of power with a view to recognizing their rights and identity.

Keywords: Gender. Power relations. Family farming. MOBI.

1. Introdução

Pelas relações existentes na sociedade, pode-se afirmar que as interações entre os indivíduos ocorrem por meio de um processo de socialização dos indivíduos. Esta socialização caracteriza as relações no meio social, político e econômico e é a base para as interações humanas. Desta forma, grupos produtivos ou organizações formadas em prol de uma mesma causa, podem ser exemplos destes espaços. As relações sociais acabam sendo o meio da socialização primária do indivíduo e são caracterizadas como uma forma de estabelecimento de relações de poder, por trazer os indivíduos as primeiras noções de autoridade e obediência.

Como uma forma de relações de poder, podemos caracterizar as relações de gênero como deste tipo, pois, homens e mulheres, convivendo em um espaço social, tem esta relação marcada pela cultura naturalizada da hierarquia do sistema patriarcal; onde, a mulher é submissa ao homem e não tem a caracterização do seu trabalho doméstico como produtivo economicamente. O que se busca com as relações de gênero é traçar uma nova identidade de gênero para as mulheres, onde, nesta, elas sejam reconhecidas social e economicamente, não mais presa a divisão sexista da sociedade, mas sim, como indivíduos sociais com direitos que merecem e devem se garantir.

Um dos espaços das relações de gênero e poder são no contexto da agricultura familiar. Caracterizada por um trabalho agrícola relacionado à família, é caracterizado pela forte presença no sistema patriarcal, onde não houvera por muito tempo o reconhecimento produtivo da mulher como agricultora familiar, mas sim, apenas como uma ajuda na lida com a terra. Espaço de desenvolvimento rural e valorização do saber local, a agricultura familiar torna-se meio de ruptura para que as mulheres busquem o reconhecimento da sua identidade de gênero como agricultoras familiares.

Sendo a agricultura familiar espaço produtivo de organizações e permeada por relações de gênero e poder, o presente artigo tem o intuito de analisar as novas perspectivas das relações de gênero e poder no contexto da agricultura familiar do grupo Mulheres Organizadas Buscando Independência (MOBI) ligado à Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM). A história do grupo será apresentada posteriormente no tópico de caracterização do local da pesquisa.

Será abordado primeiramente as teorias relacionadas à gênero, quanto suas ideologias, o determinismo biológico da submissão da mulher ao homem, fortalecendo o ideário do sistema patriarcal, da divisão sexista da sociedade e da divisão sexual do trabalho. Também serão abordadas as novas perspectivas das relações de gênero, relacionadas a identidade da mulher quanto ao seu papel social, político e econômico e das relações de gênero como uma forma das relações de poder. Das relações de poder, apresentar-se-á a teoria sobre o sistema patriarcal como a socialização primária do indivíduo e como as relações de poder permeiam as relações sociais. Sendo caracterizadas pela análise e a microfísica do poder. Da agricultura familiar, a teoria abordada fala sobre a predominância deste tipo de agricultura no Brasil, sendo meio de

desenvolvimento rural, econômico e local, além de ser espaço para a contextualização das relações de gênero e poder.

Pelos dados coletados e pelo embasamento teórico, o presente artigo mostra como a agricultura familiar vem se tornando espaço para novas perspectivas das relações de gênero e como este, sendo caracterizadas como relações de poder, vem sendo modificadas através da organização social e produtivas de um grupo de agricultoras familiares, o grupo MOBI.

2. Referencial Teórico

2.1. Relações de Gênero

Pensando-se na sociedade atual, temos um traçado histórico de teorias e conceitos que contribuíram para o que se chama relações de gênero. Primeiramente, quando se fala na luta feminista pelo fim da desigualdade social, política e econômica imposta às mulheres, pensamos nos movimentos articulados a partir do século XX. Esta busca pelos mesmos direitos entre homens e mulheres, os coloca em uma igualdade de salário, na realização de suas tarefas e no reconhecimento da identidade, no caso, das mulheres (PATRIARCHA; PASTOR, 2011).

Falando-se no espaço da mulher ocupado na sociedade, desde o movimento iniciado no século XX, houve grandes avanços sociais, políticos e econômicos para com as mesmas; mas, acontece que, ainda permeia a sociedade a cultura naturalizada da mulher submissa ao homem. Este caso encontra-se mais evidente no ambiente familiar, no caso, na estrutura do sistema patriarcal, perpassando para as relações sociais e econômicas (CHIES, 2010). A forma com que a figura do homem e da mulher é estereotipada na sociedade é considerada como ideologias de gênero, ou seja, atribui-se ao homem a capacidade econômica e produtiva e a principal fonte de renda da família e à mulher, responsável pela casa, os filhos e o marido, sem caracterização de sua atividade doméstica como econômica (MACEDO, 2002).

A naturalidade com que se é tratado o sistema patriarcal e a classificação dada à figura da mulher no âmbito familiar pelas ideologias de gênero, representam o primeiro espaço de socialização dos indivíduos, onde, as percepções das diferenças são feitas a partir de características biológicas distintas entre homens e mulheres- é a representação do simbolismo sexual social (BRUMER, 1996). Por este simbolismo sexual social, os homens foram denominados como seres sociais, econômicos e políticos superiores, enquanto as mulheres foram classificadas como “o outro” (BEAUVOIR, 1970). Esta distinção feita entre homem e mulher no aspecto social é denominada divisão sexista da sociedade e, pelo nascimento de um novo sistema econômico, foi replicada para o campo das relações de trabalho (CURADO; MANEGON, 2009).

A partir da Revolução Industrial, consolidando-se o Sistema Capitalista, ao homem e a mulher são atribuídos papéis de subordinação e dominação. A mulher passa a ser submissa a duas condições: a social, do sistema patriarcal, ou seja, da divisão sexista da sociedade, e, pelo Sistema Capitalista, colocada à condição de explorada, vendendo sua força de trabalho, compondo à classe operária (SAFFIOTTI, 2000). A subordinação de gênero em que as mulheres foram postas no mercado de

trabalho introduziu a “sexualização”, reproduzindo a hierarquia do espaço doméstico articulado ao espaço produtivo, e assim, resultando na divisão sexual do trabalho (CURADO; MANEGON, 2009).

Se a questão sexual foi a base de muitas condições em que foram postas as mulheres para sua submissão tanto social como econômica, o fato do estereótipo e das ideologias de gênero, principalmente fundamentadas pelo sistema patriarcal, dão lugar a uma nova posição da mulher em busca do reconhecimento de sua identidade de gênero, segundo Soihet (1997, p. 100):

Em oposição à história “miserabilista” na qual se sucederam mulheres espancadas, enganadas, humilhadas, violentadas, sub-remuneradas, abandonadas, loucas, abandonadas e enfermas... Emergiu a mulher rebelde. Viva e ativa, sempre tramando, imaginando mil astúcias para burlar as proibições, a fim de atingir seus propósitos (SOIHET, 1997, p. 100).

Da nova visão traga para o movimento feminista com relação às questões de gênero, tem-se então, a questão da dissociação sexual das mulheres, tendo na verdade, sua socialização ligada à um processo de independência e reconhecimento de identidade (BORDIEU, 1998). A questão das relações de gênero não é mais vista como o um binarismo ou a chamada divisão sexual entre homem e mulher, mas sim, como o estabelecimento de relações sociais que ambos os indivíduos estabelecem entre si de maneira interdependentes (BURNER; ANJOS, 2008). Destas relações, como já dito, a figura da mulher fica mais atrelada à um conceito de identidade, perpassando a estrutura biológica e patriarcal posta como naturalizada pela sociedade.

Da nova visão sobre gênero, na verdade, das relações de gênero, pode-se analisar a mulher ligada à conceituação de gênero, segundo Scott (1989, p. 21) “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de socialização do indivíduo”. Se o gênero é uma forma de socialização primária do indivíduo, ele está relacionado à questão do sistema patriarcal ser o primeiro contato social; e também, as relações de gênero representam relações de poder, por permearem o sistema patriarcal, o qual é considerado uma forma das relações de poder (CARRIERI, 2005).

Se o conceito de gênero então legitima as relações sociais, mais especificamente, tratando-se das relações de gênero e poder, ele será o meio para a sociedade encontrar e compreender o sentido destas relações que constituem as interações humanas (SCOTT, 1989). Estas interações compreendem a identidade das mulheres, como forma subjetiva de estabelecimento de novas formas de relações de poder na sociedade e também, na política (DESCARRIES, 2002). A hierarquia estabelecida no patriarcalismo familiar pode ser considerada uma das formas de relações de poder, onde, os indivíduos passam a naturalizar um modo ou comportamento como corretos, ocasionando a existência de diferença entre os gêneros (CARRIERI, 2005).

Das relações de gênero dadas como relações de poder, pode-se considerar a questão do sistema patriarcal no contexto da agricultura familiar. Na agricultura familiar temos a presença marcante da figura da mulher não vista como atividade econômica, ligada ao trabalho doméstico e suas

atividades são consideradas apenas uma ajuda e somente o homem é visto como o ser econômico da família (GARCIA; JÚNIOR, 2002). Do estabelecimento destas relações, trataremos primeiramente das relações de poder e em seguida, da agricultura familiar.

2.2. *Relações de Poder*

Foucault desenvolvia sua noção de relações de poder, considerando o tempo, história e espaço, e deste modo, estabeleceu suas análises sobre a identificação de como os sujeitos atuam sobre os outros. E assim, realizou a compreensão do funcionamento das relações de poder em sociedade (FOUCAULT, 1977). Sobre os processos sociais do poder e do indivíduo as ações ocorrem “como efeito e objeto de poder, com efeito, e objeto de saber” (FOUCAULT, 2008, p. 60).

As relações de poder na concepção foucaultiana partem da compreensão de como se dá a estruturação das relações sociais, especificamente, das relações desiguais e de dominação, ambas justificando a natureza e autoridade de obrigações (MAIA, 1995). Pela compreensão da análise das relações, tem-se a concepção desta, permeada pelo discurso, poder e subjetivação e que, deste modo, pode haver luta ou resistência aos padrões de comportamentos e pensamentos, mas é impossível a não existência das relações de poder (FOUCAULT, 1979). O que acontece na realidade, no poder concebido por Foucault, é a repressão, mas também, a produção de efeitos de saber e verdade, alinhados ao direito, formando a triangulação dos mecanismos de poder. (FERREIRINHA; RAITZ, 2010).

Estabelecendo o poder como verdade, através de seus discursos e de movimentos vitimados pela organização, sem presença de reflexão e consciência (VEIGA-NETO, 2003), a busca da compreensão das relações de poder é essencial na concepção foucaultiana, pois, segundo Deleuze (1986, p. 77) “o poder é uma relação de forças ou antes, toda relação de força é uma relação de poder”. Esta ideia remete aos princípios da analítica do poder, onde se encontram a “pluralidade de correlações de forças constitutivas das relações de poder que atravessam o corpo social” (MAIA, 2005, p. 89).

Na perspectiva do poder presente no corpo social, não se pode ver o poder como a relação de uma classe dominante que conquista e reprime a atuação e participação do dominados; na verdade, as relações de poder incitam um enfrentamento contínuo das partes conflitantes, ou seja, a análise do poder é compreendida pela ideia do exercício de estratégias e como seus efeitos resultam na apropriação de técnicas e táticas (FONSECA, 2001). Do entendimento da situação dominantes-dominados, a “microfísica do poder” expõe a prática do poder nas relações sociais, segundo Foucault (1977, p. 29):

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado

como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio (FOUCAULT, 1977, p. 29).

Das relações de poder presentes no âmbito social, as existentes no ambiente familiar partem da afirmação da socialização primária dos indivíduos ocorrida dentro dos padrões sociais da família, introduzindo as primeiras noções de autoridade e ordem a serem executadas e que posteriormente, influenciarão na construção da personalidade de cada indivíduo (CARRIERI, 2005). Por meio da família, corre a definição dos comportamentos através de um processo de ajustamento social e controle, o qual representa o elo existente entre a sociedade e o indivíduo, tendo como base seus aspectos emocionais e afetivos para serem aceitos nos padrões sociais e morais (LOPES; CARRIERI; SARAIVA, 2013).

Há também a sustentação da teoria das relações de poder com base na influência das organizações sobre a subjetividade dos indivíduos, de modo a impor padrões de conduta para forma de controle das organizações, visando não apenas o corpo físico dos indivíduos, mas também a subjetividade de cada um (FERREIRINHA; RAITZ, 2010). Sobre o poder e controle exercido sobre os indivíduos nas organizações, é concluído por Lopes, Carrieri e Saraiva (2013, p. 228):

Nesse sentido, a formação e manutenção do vínculo entre indivíduo e organização seriam formas de exercer o controle, uma maneira de controle sutil, quase sempre imperceptível, que se relaciona com os aspectos mais íntimos do indivíduo, como seus desejos e necessidade de pertença, filiação e realização (LOPES; CARRIERI; SARAIVA, 2013, p.228).

As relações de poder na sociedade podem ser vistas também como controle social, com destaque na esfera privada pelo controle exercido pelo amor, como identificação e confiança da expressão dos sujeitos (MAIA, 1995). O amor faz do sujeito um despótico, provocando a submissão, alienação e manipulação (FERREIRINHA; RAITZ, 2010). As diversas formas de prática do poder possuem destaque, devido a sua presença nas entranhas das organizações, confirmando-se como elemento presente em qualquer tipo de relação social, por meio de uma dinâmica complexa e também pelos seus significados subjetivos e objetivos (FARIA, 2004). Esta constante presença das relações de poder nas relações sociais, atravessam diversas épocas da história dos sujeitos, estando vinculada de maneira indireta ou direta à organização (LOPES; CARRIERI; SARAIVA, 2013).

A socialização do poder vai se introduzindo na sociedade por meio na noção de habitus, ou seja, de esquemas corporais e mentais de ação, compreensão e percepção do saber prático do esquema social praticado em determinado campo ou espaço global e social (BOURDIEU, 1998). No caso onde as estratégias de poder se relacionam com as relações de gênero, pode-se observar a diferença entre os sexos com base no comportamento e condutas (CAPPELLE et al., 2004). E esta diferenciação dos sexos é vista como inevitável e natural, como uma tradução “na ordem das coisas”, estando presente nos habitus e corpos dos indivíduos, através de esquemas e pensamento, ação e percepção, tendo a “verdade” absoluta nos princípios masculinos (BORDIEU, 1998). A naturalização do poder nas relações de gênero, tem sua construção em diversas esferas da sociedade de acordo com Cappellet et al. (2004, p. 9):

[...] a perpetuação da relação de dominação entre os gêneros não se origina apenas na unidade doméstica, em que seu exercício é mais visível, mas sim em instâncias como a escola, o Estado e as organizações, espaços em que ocorrem a elaboração e a imposição dos princípios da dominação, que se constituem em campos de ação abertos aos estudos feministas.

A presença das relações e poder em diversas instâncias sociais tem a perpetuação de sua dominação, como a ordem masculina presente no cotidiano da divisão do trabalho ou nas rotinas das esferas privadas e coletivas. A ordem social e física regulares tratam da exclusão das mulheres das tarefas concebidas como mais nobres, estando apenas destinadas à atividades que envolvam o corpo, ressaltando as diferenças biológicas como a base das diferenças sociais (BOURDIEU, 1999). O habitus que persiste ainda mais na diferenciação de homens e mulheres com base no poder, traz a dominação masculina instituída, com as divisões existentes entre homens e mulheres, divergentes também na classificação e taxionomias (BORDIEU, 1999). A imposição de um pensamento masculino e da forma de agir e das estruturas sociais ocasiona um movimento de constatação por parte das mulheres, tendo como consequência um movimento de forças, criando resistências e condições para a transformação das relações de gênero (CAPPELLE et al., 2004). Por meio do disparate das relações de poder que permeiam as relações de gênero, é importante ocorrer o feminino e o masculino sendo construções sociais relacionais, desconstruindo a visão da “mulher dominada” para sociedades e grupos que passam a ter estruturas particulares de interação (SIQUEIRA, 2014).

Com base na percepção foucaultiana das relações de poder construídas pelas práticas discursivas das relações sociais e por meio da construção da “verdade”, será abordada no próximo tópico a agricultura familiar como ambiente possível da construção das relações de poder, trazendo o aporte teórico sobre a figura da mulher no campo como agricultora familiar.

2.3. *Agricultura Familiar*

O meio rural brasileiro é marcado pela predominância da agricultura familiar em sua pequena propriedade e grande diversidade de produção, entrelaçando em seu ambiente o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento rural (FAVARETO, 2007).

À agricultura familiar é dada sua caracterização como “segmento gerador de emprego e renda de modo a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável no campo”, resultado no estabelecimento da população no meio rural. A agricultura familiar também tem sua análise dita como importante por ir de encontro aos problemas sociais e urbanos, decorrente do desemprego rural e da migração campo-cidade ausente de controle, sendo reconhecida pelo discurso governamental de “politicamente correta” e “economicamente produtiva”. (OLIVEIRA, 2006). Esta última visão sobre a agricultura familiar condiz com a construção de novos aspectos para a identidade social, em contrapartida com a agricultura moderna, sendo esta questionada pelos seus efeitos perversos de ordem ambiental, social e econômica, os quais afetam a sociedade num todo (FAVARERO, 2007). Ou seja, passa-se a ter a agricultura familiar como ideia central de ator social da agricultura moderna, e também, da atuação do Estado (SCHNEIDER, 2003).

A expressão conceitual “agricultura familiar” apresenta duas perspectivas para sua interpretação, as quais são principais e ao mesmo tempo distintas e ambas retratadas na sociedade moderna. Uma é a abordagem norte-americana de grande desenvoltura em sua análise no período entre os anos 1950 e 1980. Nesta abordagem, o pequeno produtor familiar, aplica à sua pequena produção o caráter industrial e inovador, representando a agricultura pelo “farmer” (MARAFON, 2006). E a outra abordagem da agricultura familiar é a europeia, derivada da prática do campesinato voltado para a produção familiar resistente a transformação capitalista do meio rural. (ABRAMOVAY, 1997).

As ações voltadas para a agricultura familiar no Brasil se entrelaçam com o desenvolvimento local, em que as práticas voltadas para este tipo de agricultura estão intimamente ligadas ao processo de desenvolvimento econômico, através da geração de renda, criação de emprego, transferência de capitais e ampliação excedente de alimentos e matérias-primas (SCHNEIDER, 2003).

O crescimento da agricultura familiar no âmbito econômico do Brasil deve-se às ações das políticas públicas, que garantem aos pequenos agricultores a oportunidade de geração de renda e o desenvolvimento local, permitindo não só o desenvolvimento da área de produção, mas de todo um processo comercial inserido no processo. Assim, estão garantidas as práticas da agricultura familiar através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e também por lei, caracterizando o agricultor familiar por:

[...] aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (LEI 11.326/2006).

Por meio do aparato estatal dado à agricultura familiar foi que o seu movimento rural ganhou espaço para sua produção, acesso ao crédito rural e busca pela articulação e implementação de outras políticas públicas e direitos à cidadania, levando-se em consideração as diversidades socioeconômicas existentes (MAFRA; MAFRA, 2013). Por meio de articulação de diversos planos, a AF foi desenvolvida na parte intelectual, nas políticas públicas e no plano social, segundo Silva (2011, p. 129):

A valorização da agricultura familiar foi pautada em três planos distintos. O primeiro diz respeito ao plano intelectual, devido ao surgimento de diversos estudos e pesquisas que permitiram estratificar e captar toda heterogeneidade da agricultura familiar no país, bem como avaliar sua relevância econômica. O segundo plano, é o das políticas públicas, principalmente após o lançamento do Pronaf e a intensificação dos projetos de assentamentos de reforma agrária durante a década de 1990. Essa e outras políticas foram responsáveis pela geração de novas oportunidades de ocupação e negócios a milhares de famílias. No plano social, por último, a agricultura familiar corresponde a um conjunto de forças organizadas em movimentos sociais e sindicatos cuja principal

bandeira de luta é a afirmação da viabilidade econômica da agricultura familiar (SILVA, 2011, p. 4).

Com na importância da agricultura familiar para as relações sociais e econômicas, vale ressaltar a figura da mulher no campo. A mulher como agricultora familiar, produtora, ocupante no meio rural e praticamente da agricultura orgânica, busca a cada dia a conquista do seu espaço público e privado. A partir da concepção da mulher como agricultora e da luta do Movimento Feminista no campo, é que irá desenvolver posteriormente, a análise dos resultados, mostrando as novas perspectivas das relações de gênero por meio da agricultura familiar.

3. Metodologia

A pesquisa a ser desenvolvida será de caráter qualitativo e exploratório, sendo pesquisa de campo a ser desenvolvida por meio da observação participante, utilizando-se entrevista semiestruturada e diário de campo, compondo o método da triangulação (GIL, 2010). A análise das respostas obtidas nas entrevistas colhidas com o uso de gravador será baseada na análise de conteúdo para a interpretação do conteúdo abordado pelos entrevistados nas entrevistas. Pela relação entre relações de gênero e poder com a agricultura familiar abordados teoricamente, as entrevistas semiestruturadas se deram por meio de compreender estas relações no cotidiano do grupo MOBI, buscando-se saber categoricamente:

A. Relações de Gênero

1. Conceituação;
2. Ideologias de gênero;
3. Sistema patriarcal;
4. Divisão sexista da sociedade e divisão sexual do trabalho;
5. Identidade de gênero;

B. Relações de Poder

1. Conceituação;
2. Sistema patriarcal;
3. Socialização primária do indivíduo;
4. Relações de poder e relações sociais;
5. Análise do poder;
6. Discurso, poder e verdade;

C. Agricultura Familiar

1. Geração de trabalho e renda;

2. Prática familiar;
3. Desenvolvimento local e desenvolvimento econômico;
4. Mulheres rurais

Das entrevistas, foram realizadas cinco, com mulheres agricultoras familiares, pertencentes ao grupo MOBI. Das mulheres, uma era a coordenadora do grupo, a vice coordenadora e as outras são agricultoras e cooperadas da COOPFAM como as duas primeiras. Buscando atender ao objetivo da pesquisa, relacionando relações de gênero e poder à agricultura familiar, as perguntas foram traçadas relacionando as três abordagens teóricas. Buscou-se saber o que representa para as mulheres serem caracterizadas como agricultoras familiares e a representação que tal atribuição tem em suas vidas; se elas recebem algum tipo de tratamento diferente por serem mulheres dentro da cooperativa ou se já receberam e qual a importância que o grupo tem nas suas vidas.

3.1. *Caracterização do local da pesquisa: Mulheres Organizadas Buscando Independência (MOBI)*

O grupo MOBI é um grupo formado por cerca de 30 mulheres, dentre elas agricultoras familiares- produtoras de café orgânico, artesãs e produtoras de rosas orgânicas. O grupo foi fundado no ano de 2006, diante da mobilização de um grupo de mulheres na época que estavam incomodadas com a situação de hierarquia e na falta de espaço que elas tinham na cooperativa da qual fazem parte, a Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região- COOPFAM. No ambiente em que estavam inseridas em meados da fundação do grupo, quando havia reuniões da cooperativa, as mulheres iam acompanhando seus esposos e, por se falar em “família de cooperados”, elas se sentiam no direito de expor suas ideias, votarem e se candidatarem a cargos. Mas, ao pedirem direito de fala, votarem ou se candidatarem o discurso era que elas não tinham cotas-partes na cooperativa, o que as impediam de se manifestar. Além disso, havia o julgamento por parte de muitos homens cooperados de que elas não eram agricultoras e sim, ajudantes na lida com a terra e, a própria diretoria na época da COOPFAM, não reconhecia o trabalho e importância das mulheres. Por já ter sido feito contato anterior com o grupo para realização de outra pesquisa, foi relatado por uma das mulheres que o então diretor disse a elas a seguinte frase: “Mulher é para esquentar no fogão e esfriar no tanque”. Diante da situação que se encontraram, as mulheres se mobilizaram e por conhecer o grupo, elas relataram em dados já colhidos para outras pesquisas que elas são um “movimento de luta” em busca da conquista de seu espaço para terem o seu “empoderamento” e direitos na COOPFAM. Assim, elas se organizaram para comprar cotas-partes e em parceria com o Instituto Federal de Machado, fundaram o grupo MOBI, iniciando estudos na linha de gênero para compreenderem o espaço em que estavam inseridas, suas causas e a importância do movimento.

A diretoria que então apoiou a posição dos homens cooperados contra a presença dos direitos das mulheres na cooperativa foi deposta em assembleia geral, por motivo de corrupção e a nova diretoria se mobilizou em prol do MOBI, apoiando a articulação das mulheres como também uma organização produtiva, de produtoras do “Café Feminino”, o café orgânico produzido somente

pelas mulheres. Atualmente o Café Feminino, é um dos três tipos de café produzido e comercializados pela COOPFAM, junto com o Café Orgânico e o Café Fair-Trade. E também, posteriormente, o MOBI foi se abrindo como espaço à outras formas produtivas como o artesanato e a produção de rosas orgânicas, sendo também, espaço de discussão de relações de gênero. Elas ainda continuam sua luta pelo espaço das mulheres, pois, tendo a cooperativa, atualmente, cerca de 450 famílias cooperadas, apenas 30 mulheres fazem parte. Ou seja, elas sempre estão se mobilizando e pensando estratégias do movimento para o grupo atingir mais mulheres e quebrar a resistência das mesmas em aceitarem o sistema patriarcal e dos homens, por meio do estabelecimento de novas relações de poder por meio da agricultura familiar.

Pela mobilização das mulheres em busca de seus direitos, podem-se compreender as relações de gênero como a busca do reconhecimento da identidade da mulher e de seus direitos social, político e econômico, onde, pelo movimento feminista propõe uma transformação na ordem do sistema patriarcal e do poder exercido pelo mesmo (COSTA, 2005). Assim, o movimento feminista luta por princípios de igualdade, justiça social e equidade, e também, combate as desigualdades de gênero, a partir dos seus discursos e práticas (DESCARRIERS, 2007).

4. Análise dos Resultados

Fazendo-se uso da análise de conteúdo para analisar os dados coletados em entrevista, pode-se dizer que há uma significativa percepção por parte das mulheres da sua colocação como agricultoras familiares e de como a caracterização da sua atividade econômica e a participação em uma organização produtiva, provinda de mobilização para reconhecimento de suas identidades, contribui para novas perspectivas das relações de gênero e também, de poder, no contexto da agricultura familiar.

Analisando primeiramente como elas se sentem caracterizadas como agricultoras familiares e a representam que este fato tem em suas vidas, podemos basear na concepção de que a agricultura familiar é meio de desenvolvimento rural (FAVARETO, 2007) e também sua caracterização como atividade produtiva (NAVARRO, 2001). Da agricultura familiar, pode-se dizer que o cuidado com a terra, o trabalho desenvolvido que resgata o saber local e envolve toda a família no processo produtivo, caracteriza a visão europeia da agricultura familiar de manter as tradições de produção no campo em contrapartida à modernização do meio rural (ABRAMOVAY, 1997). Podemos constatar essa percepção da agricultura familiar e de sua importância na vida das mulheres na fala da vice coordenadora do MOBI:

“Assim, eu vim de uma família né que é da agricultura, pra mim já é fácil de aceitar e gostar, porque é da...do...dá, já vem do sangue...eu fui nascida e criada na zona rural e eu gosto muito da zona rural. O gostar, isso já ajuda muito, porque quando aparece os desafios...quando a gente faz aquilo que a gente gosta, os desafios fica mais leve [...] Eu sinto envolvida no processo da minha empresa, da minha propriedade. Então assim, eu não sou mais que ninguém dentro da minha empresa e não sou menos; sou igual. Então eu me sinto assim, das vezes que eu não sou respeitada dentro disso, aí entra um processo de luta. Porque o grupo MOBI, ele não é um processo de mulher delicada, que ocupou seu espaço assim de oba-oba, não foi nada disso, não teve nada disso....teve luta pra conquistista”.

Da representação do que é ser agricultora familiar e a importância na vida das mulheres, também, podemos contatar relação com a abordagem teórica nos dizeres de uma das agricultoras cooperadas:

“Representa muito...mas acho que é uma coisa assim que, é um trabalho que a gente faz em família, então é uma coisa assim, é uma estrutura que a gente traz desde criança....que a COOPFAM, a gente começou, o grupo MOBI começou a participar faz pouco tempo, mas a COOPFAM, a associação dos pequenos produtores já faz muito tempo que tem. Então, a gente participa desde os 7 anos, 10 anos, a gente já vem ali convivendo através dos nossos pais. Então eu acredito que é uma estrutura que faz o dia a dia da gente...eu acho que o importante é esse....a vida da gente [...] É, igual a gente “tava” conversando aquela hora né...é uma coisa que...a gente não tem a renda mensal, então a gente trabalha ali. Então ali é a vida da gente que é a....a gente produz pro gasto pessoal da família, a gente trabalha em família, que é uma produção familiar e eu acredito que é uma motivação muito grande pra família mesmo...pro dia a dia da família”.

E também, na afirmação de outro membro do MOBI:

“Ah...representa tudo aquilo que a gente já viveu, já cresceu ali no meio da agricultura familiar, igual a...é...o meu pai, naquele tempo...hoje eu to com 56 anos, é....de pequena, meu pai já tinha os cafezais, então é...a gente gostava de andar no meio das lavouras, não trabalhava, mas foi criada ali no meio né....então é...a paixão pelo café já não é de agora né...então já vem de muitos anos, do tempo de criança. Que a gente gostava é...o trabalho daquele tempo das crianças era, é...rodar, amontoar, então aquilo pra gente era uma diversão... Sim, hoje é uma profissão. Como profissão eu vejo assim que é...como pela cooperativa né, que foi que a gente aprendeu tantas coisas, a gente começa a vê, o...outro gosto, outro pensamento. Então já é um prazer de trabalhar né, com o café hoje...porque cê sabe de...desde ali do plantio, ocê sabe o que acontece, ocê sabe sobre venda, sobre produto...o que se aplicar né...então ocê...a gente pode dizer eu sou uma produtora de café, então a gente pode....a gente aprendeu, a cooperativa, com o grupo MOBI lá no café feminino, então hoje, a gente aprendeu a fazer café de boa qualidade”.

Com relação ao fato das mulheres do MOBI já terem recebido algum tratamento diferente por serem mulheres, houve entrevistadas que disseram que sim e que disseram que não. As que disseram que sim, basearam-se na questão de ser cultural a diferença entre homem e mulher, fato que pode ser ligado aos estereótipos de gênero e às ideologias de gênero (BRUMER, 1996) e também, no âmbito da família, a questão do sistema patriarcal, sendo meio de socialização primária dos indivíduos (MACEDO, 2002).

As constatações sobre já ter havido ou que há tratamento diferente no meio que as mulheres vivem, mais especificamente, na relação delas com a COOPFAM, pode-se dizer que este fato se refere à relações de gênero e, conseqüentemente, como relações de poder. Como as relações de poder ocorrem de maneira analítica, ou seja, na pluralidade nas formas que ocorrem, isto nos mostra que elas permeiam as relações sociais e que sempre irão existir (MAIA, 2005). Não há relação de dominação e autoridade, mas sim, relações de poder baseadas no discurso, poder e verdade e na forma de organização dos indivíduos (FONSECA, 2001).

Das relações de gênero e poder, também estão relacionadas à questão do sistema patriarcal como socialização primária do indivíduo (CARRIERI, 2005), sendo o primeiro espaço de contato com as noções de autoridade e dominação, mas que não verdade não passa de relações de poder (LOPES;

CARRIERI; SARAIVA, 2013). Esta contextualização pode ser constatada na fala de uma das agricultoras, dizendo que o tratamento diferente por serem mulheres, são fatos ocorridos anteriores a existência do grupo MOBI:

“Tipo... a gente não tinha direito de voto na cooperativa, então eu acho que é uma coisa que a gente foi construindo aos poucos e através desse grupo MOBI a gente conseguiu espaço...então eu acho que agora...a gente é...através das mulheres “tarem” unidas, eu acho que a gente conseguiu ali, aquele objetivo que a gente tinha um sonho....Porque isso era um sonho até mesmo da cooperativa”.

Para a vice coordenadora MOBI, a questão de se ter tratamento diferente por ser mulher, não ocorreu somente em período anterior a formação do grupo, como podemos observar em sua afirmação:

“Ah...é uma questão cultural do país. Se eu falar que não, eu estou mentindo. “Um exemplo bem claro que eu vejo das mulheres é...nós mulheres, é que nós mesmos ainda não ocupamos o nosso espaço...nós mesmo temos ainda um pouco...ai aquilo lá tem que ser...ai eu vou perguntar pro marido assim, pro esposo. Ah, eu acho que nós mesmos ainda não pegamo tudo que é nosso...num tivemos ainda autonomia, fortalecida do tanto que realmente precisa. Posso tá com a cabeça meio feminista, não descarto a possibilidade. Mas, eu ainda vejo que tem alguma...alguns reflexos por conta da cultura...e mudar comportamento é muito difícil”.

Da parte das agricultoras que disseram que acreditam que não há tratamento diferente, para elas isto está ligado ao fato das mulheres conquistados avanços nas suas condições como produtoras e na força do grupo MOBI, como é constatado na fala de duas agricultoras:

Agricultora 1:

“Não...porque, todo mundo segue a mesma linha assim na COOPFAM, tem umas mulher que não, lógico, não são todas que vão pra roça assim, trabalhar lá. Mas assim, tem a maioria que vai lá no MOBI lá assim, todo mundo se esforça, todo mundo conversa, todo mundo vai e nem que num vai, entende um pouco, porque vive disso né?! Entende um pouco daquele lado...gosta né?! Porque vive disso né...então pratica”.

Agricultora 2:

“De maneira alguma! Até agora, eu acho que depois do café feminino entrou né, isso até faz diferença né... Não...eu acho que num teve não. Eu acredito é...que quando a gente encontra em grupos né, nunca se ouviu falar coisas assim deste tipo. Então eu acho que hoje, a mentalidade tanto do homem como da mulher, ela já tá bem avançada nesses termos aí. Eu acho que o homem tá entendendo muito bem o lado da mulher, conforme a mulher entendeu uma vida, lado do homem. Então hoje tá diferente, então hoje cê tem que evoluir conforme a vida vai evoluindo, o mundo vai evoluindo né?!”.

Sobre a importância que o grupo MOBI tem em suas vidas, as mulheres relatam o fato ligado à questão da identidade como agricultoras familiares, ou seja, o estabelecimento de novas relações de gênero do grupo com a COOPFAM. A questão do estabelecimento de novas relações de gênero e da identidade da mulher como agricultora podem ser interligadas à teoria que coloca nas relações de gênero e na busca pela identidade da mulher, novas perspectivas das relações sociais (SCOTT, 1989) e no abandono das ideologias de gênero, tratando dos indivíduos não mais ela divisão sexista

da sociedade (SAFFIOTI, 1987). Da importância do grupo em suas vidas, podemos constatar na fala das agricultoras:

Agricultora 1:

“Ai é um impacto bem...é uma coisa muito boa. Porque através do grupo MOBI, a gente conseguiu espaço, conseguiu direito de voto dentro da cooperativa.....a gente conseguiu muitos cursos, muita coisa, então eu acho que...eu acredito que o grupo MOBI ele...ele trouxe uma visão mais ampla pra nós mulheres....Porque a gente mesmo se reprime, a gente mesmo acha que a gente não tem condições de fazer aquilo, que acha que a gente vai chegar lá e não vai ser bem recebida”.

Agricultora 3:

“Ah, na minha vida é que eu consigo uma coisa orgânica e na COOPFAM, cada vez melhor né?! Como que eu posso dizer?... A COOPFAM é uma maneira de ela crescer, do grupo MOBI crescer, melhor ainda! Sem ela, nós não vai fazer nada. Ah, muita coisa boa! Muitas viagens, muitos conhecimentos, flores”.

5. Considerações Finais

Partindo das concepções de gênero e nas relações de gênero, pode-se dizer que no grupo MOBI ocorreu e ainda ocorre um processo de dissociação das ideologias de gênero e da separação da figura da mulher atrelada àquela posta pelo sistema patriarcal, ou seja, da mulher como submissa ao homem e não tem a caracterização da sua atividade como produtiva na agricultura familiar. Também, ocorre um processo constante de afirmação do espaço que elas conquistaram, justamente, devido a naturalização com que se trata a mulher atrelada ao homem. No caso do MOBI é constatado que a representação do grupo na vida das mulheres, perpassa a questão econômica e está ligado ao fator da identidade de gênero, do papel social, político e econômico que as mulheres têm na sociedade.

Se o sistema patriarcal é a socialização primária do indivíduo e conseqüentemente, pode ser tratado como uma relação de poder, as novas perspectivas das relações de gênero no ambiente vivido pelo grupo MOBI também são. Isto porque, as mulheres se mobilizaram e continuam tento que afirmar e reafirmar seu espaço, mobilização e história para fazer valer seus direitos na sociedade e no meio produtivo. Além de que, as relações de poder permeiam as relações sociais, ou seja, as relações de gênero do grupo MOBI serão continuamente espaço para se ter relações de poder.

Do mais, mesmo que as relações de poder ocorram continuamente no espaço social e produtivo, não pode se deixar de ressaltar a importância da mobilização do grupo MOBI. A mobilização se deu para que as mulheres não fossem mais vistas como submissas e para que houvesse o reconhecimento de sua identidade de gênero como agricultoras familiares. Assim, pela a história do MOBI, as primeiras as análises feitas mostram que as mulheres durante toda a existência do grupo, continuamente, articularam-se para estabelecer novas perspectivas das relações de gênero e estabelecer uma nova correlação de poder, visando o reconhecimento de seus direitos e identidade. Com isto, fizeram do MOBI, parte importante da COOPFAM, devido à importância do espaço conquistado e pelo destaque do Café Orgânico Feminino.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO PROGRAMA DE PESQUISA EM AGRICULTURA FAMILIAR DA EMBRAPA, 1., 1997. Petrolina. Anais... Petrolina, p. 17-27, 1997. Disponível em: <Acesso em: 23 out. 2016. <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/1997/De_volta_para_o_futuro.pdf>.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70- Brasil, 2011.
- BORDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOVAUVOIR, S DE. O Segundo Sexo: Fatos e Mitos. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1992.
- BRASIL. Congresso, Senado. Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 20 mai. 2016.
- BURNER, A.; ANJOS, G. Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 219-240, 2008.
- BRUMER, A. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, Clío; ALMEIDA, F. R.; ALMEIDA, J. Mulher, família, e desenvolvimento rural. Santa Maria: UFSH, 1996. p.40-58.
- CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. P.; BRITO, M. J. M.; BRITO, M. J. Uma análise da dinâmica do poder e nas relações de gênero no contexto no espaço organizacional. RAE-Eletrônica, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 1-17, Jul./Dez. 2004;
- CARRIERI, A. P. Estratégias delineadas na construção das identidades em organizações familiares: um estudo dos expositores da “feira hippie” de Belo Horizonte. 2005. 178 f. Relatório Final de Projeto de Pesquisa – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- CHIES, P. V. Identidade de gênero e Identidade profissional no campo de trabalho. Estudos feministas, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 507-528, Mai/Ago. 2010.
- CURADO, J. C.; MEGEGON, V. S. M. Gênero e os sentidos do trabalho social. Psicologia & Sociedade, v. 21, n. 3, p. 431-441, 2009.
- DELEUZE, G. Foucault. Paris: Les Éditions de Minuit, 1986.
- DESCARRIES, F. Um feminismo em múltiplas vozes, um movimento em atos: os feminismos no Québec. Labrys, Estudos Feministas, Brasília, v. 1, n. 2, jul./dez. 2002.
- FAVARETO, A. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão. São Paulo: FAPESP, 2007.
- FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R. As relações de poder em Michael Foucault: reflexões teóricas, Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 367-383, mar./abr. 2010.
- FONSECA, M. Foucault e o direito. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
- FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. Vigiar e punir. Petrópolis, Ed. Vozes, 1977.
- _____. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008

- GARCIA, M. F.; JÚNIOR, A. T. Trabalhadoras rurais e luta pela terra no Brasil: interlocução entre gênero, trabalho e território. *Terra Livre*, São Paulo, v. 18, n. 29, p. 257-272, jul./dez. 2002.
- LOPES, F. T.; CARRIERI, A.; SARAIVA, L. A. S. Relações entre poder e subjetividade em uma organização familiar. *Revista Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 20, n. 65, p. 225-238, abr./jun. 2013.
- MAIA, A. C. Sobre a analítica do poder de Foucault. *Revista Sociologias*, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 83-103, out. 1995.
- MACEDO, S. M. Relações de gênero no contexto urbano: Um olhar sobre as mulheres. In: BUARQUE, C. et al. *Perspectivas de gênero. Debates e questões para as ONGs*. Recife: SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2002. Parte 1, p. 56-79.
- MAFRA, L. A. S.; MAFRA, F. L. N. Agricultura familiar e mercados: análise de políticas públicas a partir da sociologia econômica. 2013. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 16.
- MARAFON, G. J. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. *Revista de Geografia Agrária*, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006.
- OLIVEIRA, M. L. S. Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos da reforma agrária: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais. 2006. 145f. Tese (Doutorado em Ciências)- Pós-Graduação em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade, UFRRJ, Seropédica, 2006.
- PATRIARCHA, T. F.; PASTOR, M. Gênero e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2, 2011, Londrina. Anais... Londrina: Universidade Federal de Londrina, 2011, p. 1-11.
- SAFFIOTI, H. Primórdios o conceito de gênero, Campinas, Cadernos PAGU, v. 12, p. 157-163, 2000.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e produtividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003.
- SCOTT, J. *Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*, Columbia University Press, Nova Iorque, 1989.
- SILVA, S. P. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 16, n. 58, p. 126-144. 2011.
- SIQUEIRA, A. E. S. S. Empoderamento de mulheres agricultoras: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano. 2014. 250f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo)- Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do Núcleo de Estudo Interdisciplinar Sobre a Mulher, UFBA, Salvador, 2014.
- SOIHET, R. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma. *Gênero e ciências humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p.95-115.
- VEIGA-NETO, A. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- WANDERLEY, N. B. M. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Seropédica: Texto de apresentação em aula CPDA/UFRRJ. 2004, p. 42-61.